

## MERCADO FINANCEIRO

Deputado aciona BC para investigar vendas suspeitas no câmbio antes de anúncio do tarifaço de Trump. AGU petiona STF

## Movimento atípico no dólar

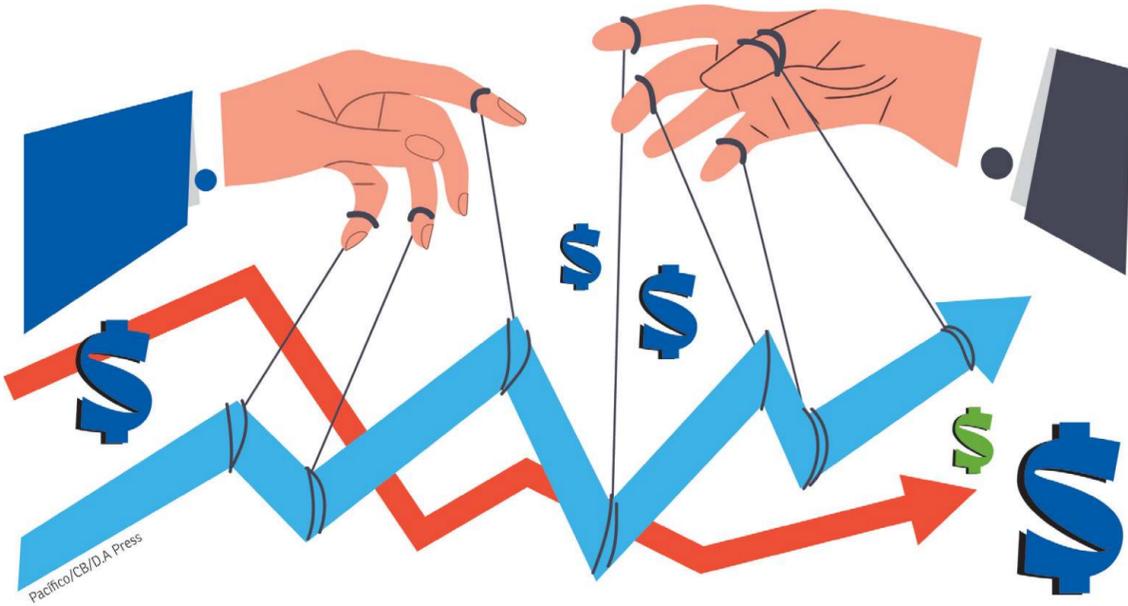
» DANANDRA ROCHA  
» LAURA PERPÉTUO

O Banco Central (BC) recebeu, ontem, um pedido de providências para identificar os responsáveis por movimentações atípicas no mercado de câmbio divulgadas em 18 de julho — depois que os Estados Unidos anunciaram tarifas de 50% sobre produtos brasileiros. A solicitação foi feita pelo deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ), líder da bancada do partido na Câmara, e aponta possíveis indícios de uso de informação privilegiada por parte de operadores no mercado de câmbio antes da divulgação oficial da medida.

Na véspera, a Advocacia-Geral da União (AGU) solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma investigação sobre o uso indevido de informações privilegiadas no mercado cambial brasileiro envolvendo o anúncio oficial e novas tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos, no câmbio do processo 4995/DF, que apura uso de tarifas internacionais para coagir a Justiça brasileira.

O documento enviado ao BC solicita a identificação dos comitentes finais dessas operações, com detalhamento dos valores movimentados, horários das transações, instituições financeiras envolvidas, tipo de operação (à vista ou futura) e os beneficiários econômicos. As operações de interesse são aquelas iguais ou superiores a R\$ 500 mil.

A petição também menciona a manifestação da AGU no



## » Presidente da CVM renuncia

Em meio à revelação de movimentações atípicas no mercado de câmbio, com suspeitas do uso de informações privilegiadas por operadores, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) anunciou, no fim de semana, a renúncia de João Pedro Nascimento à presidência da autarquia. Ele estava no cargo desde 18 de julho de 2022 e deixou a função exatamente três anos depois, em 18 de julho de 2025. A presidência será exercida interinamente pelo diretor mais antigo, Otto Lobo, até a nomeação de um novo titular pela Presidência da República.

Inquérito 4995/DF, que tramita no Supremo, sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes. O inquérito investiga a atuação do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) em uma possível tentativa de obstrução da Justiça e coação institucional, em articulação com agentes políticos brasileiros e medidas econômicas promovidas por autoridades dos Estados Unidos. Na petição, a AGU apontou que o aumento das tarifas pode ter feito parte de uma estratégia deliberada para causar crise econômica e pressionar o Poder Judiciário brasileiro.

## Informação privilegiada

Reportagem de sexta-feira do Jornal Nacional, apontou movimentação atípica de venda de dólares horas antes do anúncio do presidente dos EUA, Donald Trump, o que levantou a hipótese de que agentes econômicos tenham tido acesso prévio a uma informação ainda confidencial até mesmo para assessores do governo norte-americano.

A movimentação gerou lucros expressivos, segundo análises divulgadas por especialistas do setor financeiro e por gestores de fundos

internacionais. Por volta das 13h30, foram comprados de US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões, a R\$ 5,46, em movimento de aposta contra o real. Às 16h17 de 9 de julho, o republicano compartilhou, na própria rede social, a Truth Social, carta destinada a Lula na qual impunha a sobretaxa de 50% sobre os produtos brasileiros. Dois minutos depois do anúncio, uma quantidade muito parecida foi vendida com o dólar cotado a R\$ 5,60. Esse episódio pode ter gerado lucros de R\$ 420 milhões a R\$ 560 milhões, considerando os volumes de compra e venda monitorados fora do padrão.

Ao **Correio**, Eduardo Velho, sócio e economista-chefe da Equador Investimentos, explicou que, embora a probabilidade de ter havido vazamento seja grande, não há como comprová-la, muito menos identificar as pessoas responsáveis pelo crime, até que seja aberta investigação pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). “Realmente foi estranho”, disse. “A gente percebeu na nossa mesa de operação que houve um movimento atípico.” Ele avaliou que “cria-se a suspeita, mas não há como comprovar isso, de que houve algum vazamento”. Segundo Velho, o processo de

investigação será complexo, pois, como não há acesso às informações, é preciso “tentar buscar por meio das operações” o porquê, por exemplo, de uma pessoa ter operado “tanto em determinado dia”, ou o porquê de ter havido “grandes variações de um ativo financeiro que não eram nada esperadas”.

“Não é uma coisa tão simples, tão rápida, devido a possíveis disfarces e “uso de outras pessoas, como familiares e amigos, para realizar as operações. São indícios que geram uma investigação, e a investigação pode gerar um processo administrativo”, disse.

## CONTAS PÚBLICAS

## Decisão sobre IOF ajuda o governo

» ISRAEL MEDEIROS

As preocupações do governo com a meta fiscal de 2026 continuam, mas a vitória do Executivo na disputa com o Congresso no Supremo Tribunal Federal (STF) para manter o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) aliviou a pressão sobre a equipe econômica para fechar as contas públicas em 2025. Parlamentares petistas acreditam que as chances de o Executivo fazer um novo contingenciamento de despesas não obrigatórias, neste ano, além dos R\$ 31,3 bilhões bloqueados em maio, diminuirão.

Um deles é o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), que participou de todas as negociações do governo com o Congresso desde o início da crise do IOF. Ele estava presente, por exemplo, quando a cúpula do Legislativo topou apoiar uma medida provisória do governo para arrecadar aumentando os impostos sobre casas de apostas, fintechs e taxando investimentos antes isentos, a MP 1303/2025. Essa seria uma alternativa ao decreto do IOF, que o ministro Fernando Haddad (Fazenda) prometeu “recalibrar”.

Em meio à crise entre os Poderes, o presidente do Congresso, Hugo Motta (Republicanos-PB), avisou ao líder do governo na Casa que retiraria do PT a relatoria do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026 e a entregaria a outro partido. Como prêmio de consolação, a sigla ficaria com a relatoria da MP arrecadatória. A comissão especial mista para debater a MP 1303 foi instalada na última terça-feira (15).

A relatoria da MP 1303 ficou com o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) e a presidência da comissão, com o senador Renan Calheiros (MDB-AL). Com um petista e um aliado nos postos-chave da comissão, as chances de o texto avançar sem desidratação — como ocorreu com outras medidas arrecadatórias ou de corte de gastos do governo enviadas ao Legislativo — aumentaram. Mas, ao fazer o



**Tenho o sentimento, pelo que construímos, que vamos vencer esse problema para não precisar mais ter cortes nem contingenciamento”**

**José Guimarães,**  
deputado federal (PT-CE)

balanço do semestre, Guimarães comemorou o fato de a MP começar a tramitar no parlamento. “Temos 120 dias para construir essa saída. Portanto, entendemos que vamos ter condições de suprir, vamos aguardar, agora, relatório de gestão fiscal (de 22 de julho). Mas tenho o sentimento, pelo que construímos, que vamos vencer esse problema para não precisar mais ter cortes nem contingenciamento nas despesas discricionárias”, disse.

Na primeira reunião, a comissão aprovou o convite ao ministro Fernando Haddad (Fazenda) para uma audiência para 7 de agosto, logo depois do retorno do recesso. A ideia é realizar quatro audiências no próximo mês. Depois de ser designado relator, Carlos Zarattini enfatizou que a MP é uma das principais iniciativas do governo para garantir o cumprimento da meta fiscal para 2026, de um saldo positivo de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB). “Relatar essa medida é uma tarefa de grande responsabilidade, pois trata-se de um dos principais instrumentos do governo para promover o ajuste fiscal e assegurar a sustentabilidade das contas públicas, tudo isso sem penalizar os mais pobres e garantindo justiça tributária”, disse Zarattini. Ele prevê que a votação da MP deverá ocorrer no início de setembro na comissão especial. Se aprovado, o texto ainda precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado.



## Aqui, você escolhe os melhores de Brasília

### Votação aberta até **30/07**

# Vote agora!



Promoção:



Apoio de Comunicação:



